

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº [•] /2012

CONCORRÊNCIA Nº [•] PARA A CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA A AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO SISTEMA PRODUTOR DE ÁGUA RIO MANSO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Belo Horizonte, MG, [•] de 2012.

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	4
<i>SEÇÃO I – PREÂMBULO</i>	<i>4</i>
<i>SEÇÃO II – DEFINIÇÕES</i>	<i>5</i>
<i>SEÇÃO III – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....</i>	<i>8</i>
<i>SEÇÃO IV – ANEXOS AO EDITAL</i>	<i>8</i>
<i>SEÇÃO V – CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....</i>	<i>9</i>
<i>SEÇÃO VI – OBJETO DA LICITAÇÃO.....</i>	<i>9</i>
<i>SEÇÃO VII – VALOR ESTIMADO</i>	<i>9</i>
CAPÍTULO II – EDITAL.....	10
<i>SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS.....</i>	<i>10</i>
<i>SEÇÃO II – ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL.....</i>	<i>10</i>
<i>SEÇÃO III – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL</i>	<i>10</i>
<i>SEÇÃO IV – ALTERAÇÕES DO EDITAL</i>	<i>11</i>
<i>SEÇÃO V – CUSTOS DAS LICITANTES.....</i>	<i>11</i>
<i>SEÇÃO VI – PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL</i>	<i>11</i>
CAPÍTULO III – LICITAÇÃO	12
<i>SEÇÃO I – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....</i>	<i>12</i>
<i>Subseção I – Situação das LICITANTES</i>	<i>12</i>
<i>Subseção II – Aceitação dos termos do EDITAL</i>	<i>12</i>
<i>Subseção III – Exigências do EDITAL.....</i>	<i>12</i>
<i>Subseção IV – Visita Técnica</i>	<i>13</i>
<i>SEÇÃO II – CREDENCIAMENTO</i>	<i>14</i>
<i>SEÇÃO III – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO</i>	<i>14</i>
<i>SEÇÃO IV – PROPOSTA COMERCIAL</i>	<i>16</i>
<i>SEÇÃO V – GARANTIA DE PROPOSTA.....</i>	<i>18</i>
<i>SEÇÃO VI – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....</i>	<i>19</i>
<i>Subseção I – Disposições Gerais</i>	<i>19</i>
<i>Subseção II – Habilitação Jurídica</i>	<i>20</i>
<i>Subseção III – Regularidade Fiscal.....</i>	<i>21</i>
<i>Subseção IV – Qualificação Técnica.....</i>	<i>22</i>
<i>Subseção V – Qualificação Econômico-Financeira</i>	<i>24</i>
<i>Subseção VI – Cumprimento do disposto no artigo 7º da Constituição Federal.....</i>	<i>26</i>
<i>Subseção VII – Participação em Consórcio.....</i>	<i>26</i>
<i>Subseção VIII – Participação de Empresas Estrangeiras</i>	<i>27</i>
CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO	28
<i>SEÇÃO I – ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTA COMERCIAL E GARANTIAS DE PROPOSTA</i>	<i>28</i>
<i>SEÇÃO II – ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....</i>	<i>29</i>
<i>SEÇÃO III – SANEAMENTO DE FALHAS FORMAIS</i>	<i>29</i>
CAPÍTULO V – HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RECURSOS	30
<i>SEÇÃO I – HOMOLOGAÇÃO.....</i>	<i>30</i>
<i>SEÇÃO II – ADJUDICAÇÃO.....</i>	<i>30</i>
<i>SEÇÃO III – RECURSOS</i>	<i>30</i>
CAPÍTULO VI – CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	31
<i>SEÇÃO I – CONVOCAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO</i>	<i>31</i>
<i>SEÇÃO II – CONSTITUIÇÃO DA SPE</i>	<i>31</i>
<i>SEÇÃO III – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO</i>	<i>33</i>
<i>SEÇÃO IV – RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS VINCULADOS À CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.....</i>	<i>33</i>
CAPÍTULO VII – REGIME JURÍDICO DA PPP	33
<i>SEÇÃO I – OBJETO DO CONTRATO</i>	<i>33</i>
<i>SEÇÃO II – OBJETIVOS E DIRETRIZES DA PPP.....</i>	<i>34</i>
<i>SEÇÃO III – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.....</i>	<i>34</i>
<i>SEÇÃO IV – PROJETOS</i>	<i>34</i>
<i>SEÇÃO V – OBRAS E SERVIÇOS</i>	<i>34</i>

<i>SEÇÃO VI - CONTRAPRESTAÇÃO</i>	34
<i>SEÇÃO VII – OUTRAS FONTES DE RECEITAS</i>	35
<i>SEÇÃO VIII – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO</i>	35
<i>SEÇÃO IX – GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DA COPASA</i>	35
<i>SEÇÃO X – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA SPE E DA COPASA</i>	35
<i>SEÇÃO XI – DESAPROPRIAÇÕES</i>	35
<i>SEÇÃO XII – FISCALIZAÇÃO</i>	35
<i>SEÇÃO XIII – SEGUROS</i>	36
<i>SEÇÃO XIV – REAJUSTE E REVISÃO DA CONTRAPRESTAÇÃO</i>	36
<i>SEÇÃO XV – BENS AFETOS À CONCESSÃO ADMINISTRATIVA</i>	36
<i>SEÇÃO XVI – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</i>	36
CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS	36
<i>SEÇÃO I – COMUNICAÇÕES</i>	37
<i>SEÇÃO II – CONTAGEM DE PRAZOS</i>	37
<i>SEÇÃO III – DISPOSIÇÕES DIVERSAS</i>	37

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº [•]/2012

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, Minas Gerais, torna público que realizará Concorrência para contratação de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, com fundamento na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, na Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, e nas demais normas aplicáveis e pelas disposições deste Edital e seus Anexos, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa visando à ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso e prestação de serviços.

A presente Licitação foi precedida de Audiência Pública realizada em [•] de 2012, bem como de Consulta Pública, nos termos do artigo 10, inciso VI, da Lei Federal nº 11.079/2004, realizada no período de [•] a [•] de 2012.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I – PREÂMBULO

1. A sessão de recebimento dos Envelopes nº 01 (Proposta Comercial e Garantia de Proposta) e nº 02 (Documentos de Habilitação), e de abertura dos Envelopes de nº 01 (Proposta Comercial e Garantia de Proposta), será realizada **às [•] horas do dia [•] de 2012**, no endereço da COPASA, localizado na Rua Carangola, nº 606, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, Minas Gerais.
2. Os Envelopes nº 01 e nº 02 poderão ser entregues diretamente à Comissão Permanente de Licitações no início da Sessão de Recebimento e Abertura dos Envelopes, no endereço acima descrito, na hora designada no item 1.
3. Nenhum Envelope será recebido pela Comissão após o início da sessão, no horário designado no item 1.
4. O Caderno de Licitação, contendo o Edital e seus Anexos, poderá ser examinado e ser obtido gratuitamente; para tanto, deverá ser feito o *download*, exclusivamente, pela *Internet*, na página da COPASA – www.copasa.com.br, *link*: Licitações e Compras. Informações poderão

ser solicitadas à DVLI - Divisão de Licitações de Obras, Serviços e Materiais - *e-mail*: dvli@copasa.com.br.

5. As respostas aos esclarecimentos, conforme itens 14 e seguintes, serão divulgadas exclusivamente pela *Internet*, na página da COPASA MG – www.copasa.com.br, link: Licitações e Compras, *link*: Licitação de Obras e Serviços. Deve-se pesquisar pelo número da licitação, pelo nome “Esclarecimentos”.

6. Eventuais adiamentos de datas e/ou alterações do Edital serão divulgados da mesma forma e pelos mesmos meios em que se deu a publicação do Edital.

SEÇÃO II – DEFINIÇÕES

7. Os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

BANCO DEPOSITÁRIO: é a Caixa Econômica Federal, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, inscrita no CNPJ sob nº 00.360.305/0001-04, ou sua sucessora a qualquer título, onde serão mantidas as contas pertinentes à operacionalização da GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DA COPASA, nos termos previstos no CONTRATO;

COMISSÃO: é a Comissão Permanente de Licitações da COPASA, que procederá à LICITAÇÃO, incluindo a análise e o julgamento da DOCUMENTAÇÃO;

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA: é a contratação da parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, para a execução do OBJETO do CONTRATO pela SPE, que inclui os SERVIÇOS de que a COPASA será usuária direta, nos termos da Lei Federal nº 11.079/04 e da Lei Estadual nº 14.868/03;

CONTRAPRESTAÇÃO: é a remuneração mensal a que a SPE fará jus em decorrência da execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, a ser paga pela COPASA, calculada conforme especificado no CONTRATO e no Anexo VI (Remuneração e Mecanismos de Pagamento) e, ainda, com base nos valores constantes da PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA;

CONTRATO: é o instrumento jurídico a ser celebrado entre a COPASA e a SPE, cuja minuta consta do Anexo I (Minuta de CONTRATO) do presente EDITAL, que regerá a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

COPASA: é a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, sociedade de economia mista integrante da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, criada pela Lei Estadual nº

6.084, de 15 de maio de 1973, ou sua sucessora a qualquer título, que celebrará o CONTRATO com a SPE;

DATA BASE: é a data base a ser considerada para fins de reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO, definida como sendo a data de entrega dos envelopes com a DOCUMENTAÇÃO;

DOCUMENTAÇÃO: é a documentação a ser entregue, nos termos deste EDITAL, pelas LICITANTES, abrangendo a GARANTIA DE PROPOSTA, a PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: são os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira das LICITANTES, de acordo com este EDITAL;

EDITAL: é o presente instrumento convocatório e seus Anexos, regulador dos termos e condições da LICITAÇÃO;

GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DA COPASA: é a garantia oferecida pela COPASA com vistas a garantir o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, das multas e das indenizações que vierem a ser devidas à SPE nos termos do CONTRATO;

GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: é a garantia a ser prestada pela SPE em favor da COPASA, de forma a garantir o fiel cumprimento de suas obrigações previstas no CONTRATO;

GARANTIA DE PROPOSTA: é a garantia a ser prestada pelas LICITANTES, de forma a garantir a manutenção da PROPOSTA COMERCIAL por elas apresentada na LICITAÇÃO;

LICITAÇÃO: é o presente procedimento administrativo – Concorrência nº [•], objeto deste EDITAL e seus Anexos, por meio do qual será selecionada a proposta mais vantajosa para a COPASA, com vistas à contratação da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

LICITANTE: é a empresa ou o consórcio de empresas que participa da LICITAÇÃO;

LICITANTE VENCEDORA: é a empresa ou o consórcio de empresas que vencer a LICITAÇÃO e que deverá constituir a SPE, para a celebração do CONTRATO com a COPASA;

OBJETO: é o objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, previsto no CONTRATO, compreendendo a execução das OBRAS e a prestação dos SERVIÇOS;

OBRAS: são as obras a serem executadas pela SPE, para a ampliação do SISTEMA PRODUTOR RIO MANSO, para fins de aumentar a capacidade de adução de água para 5m³/s (cinco metros cúbicos por segundo), nos termos do CONTRATO, deste EDITAL e de seus Anexos;

PARTES: são a COPASA e a SPE;

PLANO DE COMUNICAÇÃO: é o documento que contém os princípios, regras e normas que regem a forma de convivência e interface entre as PARTES durante a vigência do CONTRATO com vistas à adequada execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS, integrante do EDITAL como Apêndice 1 do Anexo II (TERMO DE REFERÊNCIA);

PROJETO BÁSICO: é o conjunto de elementos caracterizadores das OBRAS, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que asseguram a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental das referidas OBRAS, e que possibilita a avaliação de seus custos e a identificação de métodos e prazo de sua execução, que integra o Anexo III deste EDITAL;

PROPOSTA COMERCIAL: é a proposta das LICITANTES, contendo a oferta do VALOR BASE que comporá a CONTRAPRESTAÇÃO, a ser paga pela COPASA à SPE, em decorrência da execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS: são as receitas alternativas, complementares, acessórias ou oriundas de projetos associados, referidas no artigo 11 da Lei Federal nº 8.987/95, que a SPE poderá auferir, direta ou indiretamente, nos termos do CONTRATO, mediante prévia autorização da COPASA;

SEDE DA COPASA: é a sede da COPASA, onde está sediada a COMISSÃO, localizada na Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, Minas Gerais, telefone nº [(.)•]; fax nº [(.)•], endereço eletrônico: www.copasa.com.br;

SERVIÇOS: são os serviços a serem prestados pela SPE, compreendendo a operação e a manutenção eletromecânica das UNIDADES DE ADUÇÃO; a manutenção civil e hidráulica do SISTEMA PRODUTOR RIO MANSO; a conservação de áreas verdes do SISTEMA PRODUTOR RIO MANSO; limpeza, asseio e conservação predial do SISTEMA PRODUTOR RIO MANSO; vigilância e segurança patrimonial do SISTEMA PRODUTOR RIO MANSO; e demais serviços correlatos, tudo nos termos descritos no Anexo II (TERMO DE REFERÊNCIA), em observância às condições deste EDITAL, do CONTRATO e demais Anexos;

SISTEMA PRODUTOR RIO MANSO: é a infraestrutura identificada no Anexo II (TERMO DE REFERÊNCIA), no qual será executado o OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

SPE: é a pessoa jurídica a ser constituída pela LICITANTE VENCEDORA, nos prazos e condições definidas neste EDITAL, que celebrará o CONTRATO com a COPASA e será responsável pela execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

TERMO DE REFERÊNCIA: é o conjunto de elementos e dados que descreve e pormenoriza o OBJETO do CONTRATO, as diretrizes a serem observadas e as demais informações

necessárias para caracterizar as OBRAS e os SERVIÇOS integrantes da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que compõe o Anexo II (TERMO DE REFERÊNCIA) deste EDITAL;

UNIDADES DE ADUÇÃO: são os bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios, existentes e a serem ampliados nos termos do CONTRATO, integrantes do SISTEMA PRODUTOR RIO MANSO, relacionados no Apêndice 7 do Anexo II deste EDITAL (Bens Afetos), cuja operação e manutenção eletromecânica ficará a cargo da SPE para fins de adução da água conforme previsto neste EDITAL e seus Anexos.

VALOR BASE: é o valor a ser utilizado no cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO, conforme previsto no Anexo VI (Remuneração e Mecanismos de Pagamento), e que deve ser indicado pelas LICITANTES em sua PROPOSTA COMERCIAL.

SEÇÃO III – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8. A LICITAÇÃO e seu objeto serão regidos pela:
- a) Constituição Federal, em especial o artigo 37, inciso XXI, e o artigo 175;
 - b) Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
 - c) Adicionalmente, pelos §§ 3º e 4º do artigo 15, artigos 18, 19, 21, 23, 25 e 27 a 39 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações posteriores;
 - d) Supletivamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores;
 - e) Disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;
 - f) Constituição do Estado de Minas Gerais;
 - g) Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003;
 - h) Normas internas da COPASA, constantes do Anexo VII deste EDITAL (Normas Internas da COPASA);
 - i) Condições previstas neste EDITAL e nos seus Anexos; e
 - j) Demais disposições constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis.

SEÇÃO IV – ANEXOS AO EDITAL

9. Constituem anexos deste EDITAL, como se nele estivessem transcritos:

- Anexo I – Minuta de CONTRATO;
- Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA;
 - Apêndice 1 – Plano de Comunicação
 - Apêndice 2 – Execução das Obras
 - Apêndice 3 – Adução de Água Tratada e Manutenção Eletromecânica
 - Apêndice 4 – Manutenção Civil e Conservação de Áreas Verdes
 - Apêndice 5 – Limpeza, Asseio e Conservação Predial
 - Apêndice 6 – Vigilância e Segurança Patrimonial
 - Apêndice 7 – Bens Afetos à Prestação de Serviços
- Anexo III – PROJETO BÁSICO;
- Anexo IV – Licenças Ambientais;
- Anexo V – Indicadores de Desempenho;
- Anexo VI – Remuneração e Mecanismos de Pagamento;
- Anexo VII – Normas Internas da COPASA;
- Anexo VIII – Modelo de Contrato de Cessão Fiduciária
- Anexo IX – Plano de Negócios Referencial; e
- Anexo X – Modelos de Declarações.

SEÇÃO V – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10. Esta LICITAÇÃO será processada e julgada pelo critério de menor valor da contraprestação a ser paga mensalmente pela COPASA, conforme o disposto no artigo 12, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 11.079/04.

SEÇÃO VI – OBJETO DA LICITAÇÃO

11. Constitui objeto da presente LICITAÇÃO a seleção de LICITANTE para a contratação da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, cujo objeto é a execução das OBRAS e a prestação dos SERVIÇOS, nos termos fixados neste EDITAL e seus Anexos.

SEÇÃO VII – VALOR ESTIMADO

12. O valor estimado da contratação é de R\$ 631.000.000,00 (seiscentos e trinta e um milhões de reais), correspondente ao valor presente do somatório das receitas provenientes da CONTRAPRESTAÇÃO, projetadas para todo o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, descontado à taxa SELIC.

CAPÍTULO II – EDITAL

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS

13. O presente EDITAL estabelece os procedimentos administrativos da LICITAÇÃO, bem como estipula as condições e o regime jurídico da contratação objeto deste EDITAL, definindo as normas que vigorarão durante todo o trâmite da LICITAÇÃO e a vigência do CONTRATO.

SEÇÃO II – ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

14. As LICITANTES poderão requerer esclarecimentos sobre o EDITAL, dirigidos ao Presidente da COMISSÃO, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data de entrega da DOCUMENTAÇÃO, mediante comunicação escrita, protocolada na SEDE DA COPASA ou enviada por fax ou e-mail para o número de fax e endereço eletrônico da SEDE DA COPASA.

15. A COMISSÃO responderá os esclarecimentos solicitados, por meio da disponibilização de tais respostas exclusivamente pela *Internet*, na página da COPASA – www.copasa.com.br, *link*: Licitações de Obras e Serviços, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de entrega da DOCUMENTAÇÃO.

16. Os esclarecimentos integrarão o EDITAL como se nele estivessem transcritos.

17. Salvo nas hipóteses expressamente previstas neste EDITAL, quaisquer informações de caráter técnico, disponibilizadas pela COMISSÃO às LICITANTES, são meramente indicativas, não sendo vinculativas para a elaboração da DOCUMENTAÇÃO pelas LICITANTES.

SEÇÃO III – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o EDITAL, devendo protocolizar a impugnação na SEDE DA COPASA, endereçando-a ao Presidente da COMISSÃO, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data estipulada para entrega da DOCUMENTAÇÃO, conforme dispõe o artigo 41, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, devendo a COMISSÃO julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis anteriores à entrega da DOCUMENTAÇÃO.

19. Decairá do direito de impugnar o EDITAL a LICITANTE que não o fizer, por meio de protocolo na SEDE DA COPASA, endereçado ao Presidente da COMISSÃO, até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de entrega da DOCUMENTAÇÃO, conforme dispõe o artigo 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

SEÇÃO IV – ALTERAÇÕES DO EDITAL

20. Em qualquer ocasião, até a data de entrega da DOCUMENTAÇÃO, a COMISSÃO, a seu exclusivo critério, em consequência de esclarecimentos, impugnações ao EDITAL ou qualquer outro motivo de interesse público, poderá alterar o EDITAL.

21. Em caso de modificação do EDITAL, será reaberto prazo igual ao originalmente estipulado para entrega da DOCUMENTAÇÃO, conforme dispõe o artigo 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das PROPOSTAS.

SEÇÃO V – CUSTOS DAS LICITANTES

22. Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelas LICITANTES em razão da presente LICITAÇÃO, incluindo os gastos relativos à preparação da DOCUMENTAÇÃO, correrão às suas expensas, sendo de sua exclusiva responsabilidade e risco, ficando a COPASA isenta de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independentemente do resultado da LICITAÇÃO.

SEÇÃO VI – PLANO DE NEGÓCIOS REFERENCIAL

23. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, investigações, levantamentos, estudos e projetos necessários à elaboração de sua PROPOSTA COMERCIAL.

24. O Plano de Negócios Referencial que consta do Anexo VIII deste EDITAL constitui mera referência e não vincula as LICITANTES, nem atribui à COPASA a responsabilidade pela concretização das previsões e estudos nele estabelecidos, sendo certo que:

- a) a COPASA não garante a acurácia das informações contidas no citado Anexo VIII;
- b) as LICITANTES são exclusivamente responsáveis por utilizar ou não os dados do Plano de Negócios Referencial para a elaboração de sua DOCUMENTAÇÃO, possuindo ampla autonomia para adotar outras escolhas que impactem na geração de receitas e na realização de despesas;

c) em nenhuma hipótese, o conteúdo do Plano de Negócios Referencial ensejará readequação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, por qualquer das PARTES.

CAPÍTULO III – LICITAÇÃO

SEÇÃO I – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Subseção I – Situação das LICITANTES

25. Poderão participar da LICITAÇÃO empresas brasileiras e estrangeiras, isoladas ou reunidas em consórcio, no limite de 3 (três) consorciadas, que satisfaçam plenamente as exigências e condições deste EDITAL e da legislação pertinente.

26. É vedada a participação de empresas:

- a) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública da União, dos Estados e dos Municípios;
- b) com suspensão do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública Estadual;
- c) em processo de falência, de concordata ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- d) quando integrantes de consórcio participante da LICITAÇÃO, isoladamente ou em outro consórcio.

Subseção II – Aceitação dos termos do EDITAL

27. A participação na LICITAÇÃO implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e exigências do EDITAL e seus Anexos, sendo vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

Subseção III – Exigências do EDITAL

28. As LICITANTES deverão examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, quadros, estudos e projetos disponíveis, bem como as leis e outras referências mencionadas no EDITAL.

29. Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para apresentação da DOCUMENTAÇÃO serão consideradas de responsabilidade exclusiva das LICITANTES.

30. A DOCUMENTAÇÃO que não atender aos requisitos estipulados no EDITAL implicará a inabilitação ou a desclassificação das LICITANTES, conforme o caso.

Subseção IV – Visita Técnica

31. As empresas interessadas poderão participar de visita técnica à área concernente à execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, para verificação das características e condições locais, com o propósito de obter, para si e às suas expensas, as demais informações que entenderem pertinentes para a elaboração de sua DOCUMENTAÇÃO.

32. As visitas técnicas serão conduzidas pela COPASA e os interessados deverão manifestar interesse em delas participar por meio de requerimento encaminhado à COMISSÃO pelo *e-mail* [●], que deve ser enviado até o dia [●] de 2012 com indicação dos dados da presente LICITAÇÃO, bem como com a denominação social, o endereço, o número de telefone/fax, *e-mail* e indicação do responsável que participará da visita técnica.

33. A COMISSÃO receberá os requerimentos para a participação na visita técnica, comprometendo-se a informar aos interessados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, o local e a data em que será realizada.

34. A visita técnica tem o propósito de permitir que as empresas interessadas realizem análise e avaliação próprias das condições da área e da natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, bem como obtenham quaisquer outros dados que entendam ser importantes e necessários para a preparação e a elaboração de sua DOCUMENTAÇÃO e para a posterior execução do CONTRATO.

35. Em cada visita técnica será admitida a participação de representantes credenciados de cada empresa interessada, podendo ser realizadas, a critério da COPASA, quantas visitas técnicas forem necessárias para a organização e a coordenação entre as empresas interessadas, sendo assegurado a cada empresa a participação em, ao menos, uma visita técnica.

36. A participação da visita técnica não é obrigatória nem condicionante da participação desta LICITAÇÃO.

37. A COPASA considerará que a DOCUMENTAÇÃO apresentada foi elaborada com perfeito conhecimento da área destinada à execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, não podendo a LICITANTE ou a futura SPE alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, nem tampouco requerer modificação nos preços, prazos ou condições do CONTRATO, com fundamento na insuficiência de dados ou informações acerca desse OBJETO.

SEÇÃO II – CREDENCIAMENTO

38. Dos interessados em participar da sessão de abertura dos envelopes, representando as LICITANTES, será exigido seu credenciamento, mediante a apresentação da Carta de Credenciamento, nos moldes do Anexo IX deste EDITAL (Modelos de Cartas e Declarações), devidamente assinada, outorgando amplos poderes de decisão ao credenciado, inclusive para receber informações, ser notificado e desistir de recursos.

39. A Carta de Credenciamento deverá ser exibida à COMISSÃO pelo portador, juntamente com o documento que comprove os poderes do signatário da Carta de Credenciamento para outorgar os poderes ao credenciado, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando retidas e juntadas aos autos. A Carta de Credenciamento poderá, a critério do representante legal da LICITANTE, ser substituída por procuração pública.

40. No caso de consórcio, a Carta de Credenciamento deverá ser assinada pelo representante formal do consórcio.

41. Caso o credenciado seja titular, sócio ou diretor da LICITANTE, deverá apresentar documento que comprove seus poderes para representá-la.

42. A não apresentação ou incorreção do documento do credenciado ou representante legal não inabilitará ou desclassificará a LICITANTE, mas impedirá o credenciado ou representante legal de se manifestar ou responder pela LICITANTE, nas respectivas sessões, cabendo tão somente ao não credenciado o acompanhamento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, conforme dispõe o artigo 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

43. Para o bom andamento dos trabalhos, cada LICITANTE deverá indicar no máximo 2 (dois) representantes credenciados, nos termos desta Seção, que serão os únicos com poderes para se manifestar nas sessões públicas indicadas no presente EDITAL.

44. Todas as manifestações cabíveis deverão ser feitas por escrito, sendo anexadas aos autos, vedada a réplica ou a tréplica oral durante as sessões, aplicando-se as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93.

SEÇÃO III – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

45. Para todos os efeitos, ao participar da LICITAÇÃO, entregando os envelopes com sua DOCUMENTAÇÃO, considera-se que as LICITANTES têm pleno conhecimento da natureza e do escopo dos serviços, obras, atividades, fornecimentos, condições hidrológicas e climáticas que possam afetar a execução das OBRAS e a prestação dos SERVIÇOS, não podendo alegar

posteriormente a insuficiência e/ou a imprecisão de dados e informações sobre os locais e as condições pertinentes ao OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

46. A DOCUMENTAÇÃO deverá ser apresentada conforme se segue:

- a) as folhas deverão estar numeradas em ordem crescente, da primeira à última, e deverão estar encadernadas, vistadas em todas as folhas e assinadas, sempre que couber e na última página, pelo representante legal da LICITANTE;
- b) todos os documentos apresentados na presente LICITAÇÃO deverão ser entregues em língua portuguesa, datilografados ou impressos de forma legível;
- c) qualquer documento em língua estrangeira deve ser acompanhado de tradução para a língua portuguesa por tradutor juramentado, devidamente consularizado no Consulado Geral do Brasil do país de origem dos respectivos documentos;
- d) a DOCUMENTAÇÃO deverá ser apresentada em original ou cópia por qualquer processo de autenticação, sem emendas ou rasuras;
- e) deve ser apresentada única e exclusivamente a DOCUMENTAÇÃO exigida neste EDITAL, evitando-se duplicidade ou inclusão de documentos dispensáveis ou não solicitados;
- f) é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da DOCUMENTAÇÃO.

47. Os envelopes deverão ser opacos, lacrados e indevassáveis, fechados e rubricados sobre o fecho, contendo, cada envelope, em sua parte externa fronteira o seguinte:

- a) Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL E GARANTIA DE PROPOSTA
LICITANTE: [●]
- b) Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
LICITANTE: [●]

48. De todos os envelopes, deverá constar também a razão social, o endereço completo da LICITANTE, seu telefone, fax e e-mail.

49. Quando da apresentação da DOCUMENTAÇÃO, as LICITANTES expressam pleno conhecimento de que:

- a) respondem pela veracidade e pela autenticidade das informações constantes dos documentos que apresentarem;
- b) autorizam a COMISSÃO a proceder, em qualquer fase da LICITAÇÃO, às diligências que entender necessárias, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes;
- c) as OBRAS e os SERVIÇOS objeto da presente LICITAÇÃO estão perfeitamente caracterizados e definidos neste EDITAL, sendo suficientes para sua total e exata compreensão;
- d) conhecem as condições da área em que se localiza o SISTEMA PRODUTOR RIO MANSO e onde serão executadas as OBRAS e prestados os SERVIÇOS.

50. A COMISSÃO, a seu exclusivo critério, poderá solicitar das LICITANTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre a DOCUMENTAÇÃO.

SEÇÃO IV – PROPOSTA COMERCIAL

51. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, as investigações, levantamentos, estudos e projetos necessários à elaboração e à apresentação de sua PROPOSTA COMERCIAL.

52. A PROPOSTA COMERCIAL será apresentada no original, em uma única via, digitada em linguagem clara e objetiva, nos exatos termos do modelo constante do Anexo IX do EDITAL, sem erros ou rasuras, devendo ser assinada pelo representante legal da LICITANTE ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome desta.

53. Para fins de aferir a regularidade do signatário da PROPOSTA COMERCIAL, esta deverá estar acompanhada dos documentos que comprovem ser o signatário o representante legal da LICITANTE ou a pessoa legalmente habilitada para tanto.

54. No caso de consórcio, deverá constar do Envelope nº 01, anexada à PROPOSTA COMERCIAL, cópia simples do instrumento de constituição de consórcio ou de compromisso de constituição de consórcio de que trata o item 99, para fins de plena identificação das empresas integrantes do consórcio LICITANTE e de seu representante legal.

55. A PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE deverá conter o VALOR BASE, a ser utilizado para cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO que deverá ser paga mensalmente pela COPASA à SPE, em valores numéricos e por extenso, obedecendo-se o VALOR BASE máximo de R\$ 6.470.000,00 (seis milhões, quatrocentos e setenta mil reais), consoante modelo fixado no Anexo IX do EDITAL (Modelos de Cartas e Declarações).

56. Será inabilitada a PROPOSTA COMERCIAL que tiver o VALOR BASE superior ao montante citado no item anterior.

57. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e seus respectivos extensos, prevalecerão estes últimos.

58. O valor da PROPOSTA COMERCIAL será expresso em Reais (R\$), referente ao mês de entrega dos envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO.

59. Não serão levados em consideração quaisquer valores ou ofertas não previstas neste EDITAL, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais LICITANTES.

60. Para elaboração da PROPOSTA COMERCIAL, não deverão ser considerados quaisquer benefícios fiscais que possam vir a ser conferidos à SPE pela União, Estado ou Município, durante o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

61. Os valores na PROPOSTA COMERCIAL, que serão levados em consideração no julgamento da presente LICITAÇÃO, deverão abranger todos os custos referentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, inclusive, mas sem se limitar a, tributários, trabalhistas e previdenciários.

62. As LICITANTES deverão considerar em sua PROPOSTA COMERCIAL os custos correspondentes à estruturação da vinculação de recebíveis futuros perante o BANCO DEPOSITÁRIO, para fins de constituição da GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DA COPASA prevista no CONTRATO.

63. A LICITANTE deverá apresentar, ainda, em sua PROPOSTA COMERCIAL, declaração de instituição financeira, nacional ou estrangeira, emitida no papel timbrado da referida instituição, declarando, sob pena de responsabilidade, que:

- a) examinou o EDITAL, o plano de negócio da LICITANTE e sua PROPOSTA COMERCIAL;
- b) considera que a PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE e seu plano de negócio têm viabilidade econômica; e
- c) considera viável a concessão de financiamentos necessários ao cumprimento das obrigações da SPE, nos montantes e nas condições apresentadas pela LICITANTE.

64. Somente serão aceitas as declarações emitidas por instituições financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou órgão estrangeiro análogo, e que estejam acompanhadas com documento que comprove os poderes de representação legal do signatário.

65. Deverá constar da PROPOSTA COMERCIAL, ainda, Termo de Confidencialidade firmado pela instituição financeira, na forma do modelo constante no Anexo IX (Modelos de Cartas e Declarações).

66. É vedada a apresentação de declaração por instituição financeira que esteja participando da LICITAÇÃO.

67. O prazo de validade das PROPOSTAS COMERCIAIS deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO.

68. Serão desclassificadas as PROPOSTAS COMERCIAIS:

a) apresentadas em desacordo com o modelo contido no Anexo IX (Modelos de Cartas e Declarações) ou que não contiverem todos os documentos exigidos pelo EDITAL;

b) que não estejam acompanhadas da GARANTIA DE PROPOSTA apresentada em conformidade com o disposto na Seção V deste Capítulo III;

c) que contiverem rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado ou quaisquer vícios capazes de comprometer a sua validade;

d) que impliquem oferta submetida a condição ou termo não previstos neste EDITAL;

e) cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada; ou

f) que ofertarem um valor de CONTRAPRESTAÇÃO inexecutável, conforme verificação da declaração de instituição financeira prevista no item 63, ou superior ao valor máximo previsto no item 55.

SEÇÃO V – GARANTIA DE PROPOSTA

69. A LICITANTE deverá apresentar, no Envelope nº 01 da PROPOSTA COMERCIAL, a GARANTIA DE PROPOSTA no valor equivalente a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), em qualquer uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro, na moeda corrente do País;

b) caução em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

- c) seguro-garantia; ou
- d) fiança bancária.

70. No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, as garantias correspondentes deverão ser apresentadas de acordo, respectivamente, com as condições mínimas exigidas ou os modelos do Anexo IX deste EDITAL (Modelos de Carta e Declarações).

71. A GARANTIA DE PROPOSTA deverá ter a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da apresentação da DOCUMENTAÇÃO.

72. No caso de consórcio, a GARANTIA DE PROPOSTA poderá ser apresentada, integralmente, por uma única empresa consorciada, ou por todas as empresas consorciadas, devidamente indicadas individualmente, devendo, em qualquer caso, totalizar o valor equivalente indicado no item 69.

73. Caso o prazo de validade da GARANTIA DE PROPOSTA expire antes da assinatura do CONTRATO, a COMISSÃO poderá solicitar sua renovação, às expensas da LICITANTE.

74. Caso a LICITANTE incorra em uma das hipóteses abaixo previstas, sofrerá a penalidade de multa correspondente ao valor integral da GARANTIA DE PROPOSTA, a qual será executada para fins de recebimento de citada multa:

- a) se a LICITANTE retirar sua PROPOSTA COMERCIAL, durante seu período de validade;
- b) se a LICITANTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes de lei ou do EDITAL, incluindo a recusa em assinar o CONTRATO, se for a LICITANTE VENCEDORA;
- c) se a LICITANTE não atender às exigências para assinatura do CONTRATO.

SEÇÃO VI – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Subseção I – Disposições Gerais

75. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues em 1 (uma) via, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou servidor da Administração Pública, ou por publicação em imprensa oficial.

76. As certidões exigidas para habilitação das LICITANTES, emitidas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

77. Serão admitidas certidões obtidas pela *internet*, desde que tenham sido emitidas por *sites* oficiais e de que o documento contenha a indicação do *site* em que poderá ser verificada a autenticidade da informação.

78. Será inabilitada a LICITANTE que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou não atender a quaisquer das condições relativas à habilitação, previstas nesta Seção.

Subseção II – Habilitação Jurídica

79. A habilitação jurídica da LICITANTE será comprovada:

- a) no caso de empresa individual, mediante a apresentação do registro comercial da LICITANTE;
- b) em se tratando de sociedades comerciais, pela apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social da LICITANTE que estiver em vigor, ou o respectivo instrumento de consolidação estatutária ou contratual em vigor com as posteriores alterações, se houver, devidamente registrados no órgão de registro do comércio do local de sua sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) no caso de sociedades civis, apresentação da inscrição do ato constitutivo da LICITANTE e todas as suas alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de documento que demonstre a diretoria em exercício;
- d) no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, pelo decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- e) quando a LICITANTE for instituição financeira, deverá apresentar a comprovação da autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN);
- f) em se tratando de entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pela Secretaria de Previdência Complementar;
- g) no caso de fundo de investimento, este deverá apresentar os seguintes documentos:
 - i. ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente;

- ii. prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício;
- iii. comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários;
- iv. regulamento do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver), devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos;
- v. comprovação de que o fundo de investimento encontra-se devidamente autorizado pela assembléia de cotistas a participar da LICITAÇÃO e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo em nome do fundo de investimentos todas as obrigações e direitos que dela decorrem;
- vi. comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários.

h) No caso de empresa isolada, a LICITANTE deverá apresentar declaração de que constituirá e registrará, para a execução do OBJETO do CONTRATO, subsidiária integral com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme Anexo IX (Modelos de Cartas e Declarações);

80. As LICITANTES deverão apresentar, ainda, a declaração de que os sócios ou acionistas eleitos para mandato de administração ou direção não se encontram impedidos de praticar atos da vida civil, nem estão sob restrição dos direitos decorrentes de sentença condenatória criminal transitada em julgado, conforme modelo constante do Anexo IX (Modelos de Cartas e Declarações).

81. Em caso de participação em consórcio, cada empresa deverá apresentar individualmente os documentos de que trata esta Subseção.

82. Em caso de consórcio, deverá ser apresentado também o instrumento de constituição de consórcio ou de compromisso de constituição de consórcio, na forma do item 99 deste EDITAL.

Subseção III - Regularidade Fiscal

83. A regularidade fiscal das LICITANTES se comprovará mediante:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o OBJETO do CONTRATO;

- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
- d) prova de regularidade perante a Fazenda do Estado relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, se esta estiver ali inscrita, mediante a apresentação da certidão negativa de débitos de tributos estaduais;
- e) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei, mediante a apresentação de certidão negativa de tributos mobiliários;
- f) prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, mediante a apresentação de certidão negativa de débito emitida pelo INSS;
- g) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de certidão de regularidade emitida pela Caixa Econômica Federal.

84. Em caso de participação em consórcio, cada empresa deverá apresentar individualmente os documentos de que trata esta Subseção.

Subseção IV – Qualificação Técnica

85. A qualificação técnica da LICITANTE será comprovada mediante:

- a) registro ou inscrição da empresa junto à entidade profissional competente, através da competente certidão emitida em nome da pessoa jurídica, dentro da validade;
- b) atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrado(s) no CREA, que comprove(m) a experiência da LICITANTE para:
 - b.1) assentamento e teste de adutora em tubo de aço de carbono em trechos aéreo e enterrado, com extensão igual ou superior a 6.000m (seis mil metros), em diâmetro igual ou superior a 1.200mm (um mil e duzentos milímetros);
 - b.2) montagem eletromecânica e teste de estação elevatória de água ou esgoto com capacidade instalada de, no mínimo, 1 m³/s (um metro cúbico por segundo);
 - b.3) execução ou ampliação de estação de tratamento de água, com capacidade mínima de 2 m³/s (dois metros cúbicos por segundo), incluindo obras civis, instalação e montagem eletromecânica e automação de processo;
 - b.4) execução de reservatório de água em aço ou concreto com capacidade mínima de 6.000m³ (seis mil metros cúbicos);

b.5) execução de manutenção de taludes com estruturas de contenção, sistemas de drenagem, cobertura vegetal e vias de acesso;

b.6) execução de manutenção eletromecânica, instrumentação e automação em plantas industriais.

i. para fins do atendimento ao quantitativo previsto nesta alínea “b”, será admitida a somatória de quantitativos, desde que a LICITANTE não ultrapasse o total de 10 (dez) atestados, sendo que para a comprovação da experiência especificada na alínea b.1 será admitida a somatória de, no máximo, 2 (dois) atestados.

c) atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a LICITANTE participado de empreendimento de grande porte no qual tenha sido realizado investimento de, pelo menos, R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), proveniente de capital próprio ou de terceiros.

i. para fins do atendimento ao quantitativo previsto nesta alínea “c”, será admitida a somatória de atestados, desde que, ao menos, um dos empreendimentos referidos nos atestados tenha sido de, no mínimo, R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais);

ii. não serão admitidos atestados, mesmo para fins de somatório, de empreendimentos com investimento inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

d) atestado(s) que comprove(m) a responsabilidade da LICITANTE pela captação, perante terceiros, de ao menos R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), para a realização de investimentos voltados à construção, instalação, reforma, ampliação ou modernização de infraestrutura pública ou privada, com retorno econômico-financeiro de longo prazo, superior a 5 (cinco) anos, observadas as seguintes condições:

i. para fins do atendimento ao quantitativo previsto nesta alínea “d”, será admitida a somatória de atestados, desde que, em ao menos um dos empreendimentos referidos no(s) atestado(s), a LICITANTE comprove a responsabilidade pela captação de, no mínimo, R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

ii. não serão admitidos atestados de responsabilidade pela captação de recursos inferiores a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais).

86. Quando os valores do(s) atestado(s) de que tratam as alíneas “c” e “d” do item 85 forem apresentado(s) em moeda estrangeira, os montantes relativos ao porte dos empreendimentos realizados serão convertidos em R\$ (reais) pela taxa de câmbio comercial em vigor na data de ocorrência da experiência relatada.

87. Quando os atestados de que tratam as alíneas “c” e “d” do item 85 se refiram a experiência cuja data antecede em mais de 12 (doze) meses a data da entrega da

DOCUMENTAÇÃO, os valores respectivos serão corrigidos pela COMISSÃO com base no IPCA, quando de sua avaliação nos termos da Seção II do Capítulo IV.

88. As experiências exigidas na alínea “b” do item 85 também poderão ser comprovadas por meio de atestados emitidos em nome de empresa controlada, controladora ou sob o mesmo controle comum da LICITANTE.

89. As experiências exigidas nas alíneas “c” e “d” do item 85 também poderão ser comprovadas por meio de atestados emitidos em nome de empresa controlada, controladora ou sob o mesmo controle comum da LICITANTE, de forma direta ou indireta, desde que a empresa detentora do atestado figure como:

- a) responsável direta pelo investimento e/ou execução do empreendimento objeto do atestado; ou
- b) membro de consórcio responsável pelo investimento e/ou execução direta do empreendimento objeto do atestado, sendo que, neste caso, a empresa detentora do atestado seja a líder do consórcio; ou
- c) acionista de sociedade de propósito específico responsável pelo investimento e/ou execução do empreendimento objeto do atestado, sendo que, neste caso, o referido acionista deverá participar ou ter participado de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do capital social da sociedade de propósito específico.

90. Na hipótese de serem apresentados atestados em nome de empresa controlada, controladora ou sob o mesmo controle comum, na forma do item acima, a LICITANTE deverá apresentar (i) o quadro de acionistas ou de sócios, conforme o caso, de modo a comprovar a relação existente entre a LICITANTE e a titular do atestado e (ii) declaração, sob as penas da lei, informado que a empresa detentora do atestado está regular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

91. Em caso de participação em consórcio, admitir-se-á o somatório de quantitativos dos atestados para fins de atendimento às exigências previstas nesta Subseção, de acordo com a lei, observadas as disposições dos subitens i e ii correspondentes a cada alínea do item 85.

Subseção V – Qualificação Econômico-Financeira

92. Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira da LICITANTE serão constituídos por:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados, na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices

oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO;

b) a LICITANTE deverá comprovar o atendimento aos índices mencionados neste item, através de demonstrativo de cálculo, devidamente assinado por contador ou técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade, tomando por base o balanço patrimonial de que trata a alínea “a” deste item, que satisfaça os referidos índices, utilizando as fórmulas apresentadas a seguir:

ILG (Índice de Liquidez Geral) $\geq 1,00$;

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILC (Índice de Liquidez Corrente) $\geq 1,00$;

$$ILC = (AC / PC)$$

IE (Índice de Endividamento) $\leq 1,00$;

$$IE = (PC+ELP) / AT$$

Sendo: AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

ET = Endividamento Total

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

c) Os fundos de investimentos, em substituição aos índices exigidos alínea “b” acima, deverão comprovar Índice de Alavancagem (IA) igual ou inferior a 14,0, apurado a partir das demonstrações financeiras do último exercício, de acordo com a seguinte fórmula:

$$IA = CT / PL$$

Sendo:

CT = passivo real, menos o patrimônio líquido e o diversos.

PL = capital social integralizado, mais as reservas capitalizáveis e lucros, menos os prejuízos

d) As entidades de previdência complementar, em substituição aos índices exigidos nas alíneas “b” e “c” acima, deverão comprovar Índice de Cobertura de Benefícios (ICB) igual ou superior a 0,7, apurado a partir das demonstrações financeiras do último exercício, de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICB = (AT - CC - EO - EC - F - BC - PMI) / BaC$$

Sendo:

AT = Ativo Total

CC = Contribuições Contratadas

EO = Exigível Operacional
EC = Exigível Contingencial
F = Fundos
BC = Benefícios Concedidos
PMI = Provisões Matemáticas a Integralizar
BaC = Benefícios a Conceder

93. Na hipótese da LICITANTE não atender aos índices financeiros indicados no item 92, alíneas “b”, “c” e “d” acima, deverá comprovar, alternativamente, ter patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais) até a data de entrega da DOCUMENTAÇÃO, cuja comprovação será feita através do balanço patrimonial apresentado para fins da alínea “a” do item 92 acima.

94. Independentemente de ter atendido os índices financeiros ou, alternativamente, o patrimônio líquido acima especificados, deverá a LICITANTE apresentar certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da LICITANTE, que deverá estar em plena validade na data designada no item 1 deste EDITAL, para a entrega da DOCUMENTAÇÃO.

95. Em caso de participação em consórcio, cada consorciada deverá comprovar individualmente o atendimento ao item 92, alínea “a”, aos índices das alíneas “b”, “c” e “d” conforme o caso, e item 94.

96. Em caso de consórcio, admitir-se-á, para o patrimônio líquido, no caso de enquadramento no item 93, o somatório dos valores de cada consorciado na proporção de sua respectiva participação no consórcio, sendo certo que o valor do patrimônio líquido a ser comprovado será acrescido de 30% (trinta por cento), nos termos do inciso III, do artigo 33, da Lei Federal nº 8.666/93.

Subseção VI – Cumprimento do disposto no artigo 7º da Constituição Federal

97. As LICITANTES deverão apresentar declaração expressa, sob as penas da lei, de que cumprem o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal, em cumprimento ao disposto no inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93, cujo modelo encontra-se no Anexo IX deste EDITAL (Modelos de Cartas e Declarações).

98. Em caso de consórcio, cada empresa consorciada deverá apresentar, individualmente, a declaração indicada nesta Subseção.

Subseção VII – Participação em Consórcio

99. O consórcio deverá apresentar instrumento de constituição de consórcio ou de compromisso de constituição de consórcio, devendo obedecer, ainda, aos seguintes requisitos:

- a) indicação da porcentagem de participação das consorciadas no consórcio, sendo limitada a composição do consórcio a, no máximo, 3 (três) empresas;
- b) obrigação de as empresas consorciadas manterem, até a constituição da SPE, a composição inicial do consórcio;
- c) indicação da empresa líder que, no caso de consórcio entre empresa brasileira e estrangeira, deverá ser empresa brasileira;
- d) outorga de amplos poderes à empresa líder do consórcio para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à LICITAÇÃO, podendo assumir obrigações em nome do consórcio;
- e) declaração de responsabilidade solidária das consorciadas até a assinatura do CONTRATO;
- f) declaração de que, caso vencedor o consórcio, as consorciadas constituirão a SPE, nos termos da Seção II do Capítulo VI.

100. A inabilitação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação do consórcio.

Subseção VIII – Participação de Empresas Estrangeiras

101. As empresas estrangeiras deverão, como condição indispensável de participação nesta LICITAÇÃO, possuir representante residente no Brasil com mandato para representá-las em quaisquer atos relacionados à LICITAÇÃO, podendo, inclusive, receber citações e responder administrativa e judicialmente pelos atos praticados em nome de tais empresas.

102. As empresas estrangeiras que participarem isoladamente ou por meio de consórcio, que não funcionem no Brasil, deverão apresentar a documentação exigida em conformidade com a legislação do país de origem, devendo, tanto quanto possível, apresentar documentos equivalentes àqueles exigidos das empresas brasileiras.

103. Na hipótese de não existir, no país de origem da empresa estrangeira, documento equivalente, deverá ser apresentada declaração dessa inexistência, firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, de acordo com o Anexo IX do EDITAL (Modelos de Cartas e Declarações).

104. Os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas deverão ser certificados pelo notário público do país de origem, certificados pelo Consulado Geral do Brasil do país de origem e acompanhados da respectiva tradução juramentada para a língua portuguesa realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil.

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

105. Todos os atos praticados nas sessões públicas concernentes a esta LICITAÇÃO serão lavrados em ata assinada pelos membros da COMISSÃO e pelas LICITANTES presentes.

SEÇÃO I – ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTA COMERCIAL E GARANTIAS DE PROPOSTA

106. No dia, hora e local indicados neste EDITAL, a COMISSÃO, em sessão pública, proclamará recebidos os envelopes das LICITANTES que os tenham apresentado nos termos do item 2.

107. No início da sessão será realizado o credenciamento dos interessados em representar os LICITANTES durante a LICITAÇÃO, nos termos estabelecidos na Seção II, Capítulo III, deste EDITAL.

108. Em seguida, serão rubricados, ainda fechados, todos os envelopes das LICITANTES, pelos membros da COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes, que tenham sido devidamente credenciados.

109. Sequencialmente, serão abertos os Envelopes nº 01, contendo a PROPOSTA COMERCIAL e a GARANTIA DE PROPOSTA, rubricando-se os documentos neles contidos pelos membros da COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes, e procedendo-se ao seu exame.

110. As GARANTIAS DE PROPOSTA serão analisadas quanto ao seu atendimento ao disposto na Seção V, do Capítulo III, procedendo-se à análise das PROPOSTAS COMERCIAIS das LICITANTES cuja GARANTIA DE PROPOSTA seja aceita nos termos deste EDITAL.

111. Serão desclassificadas as PROPOSTAS COMERCIAIS que incorrerem em alguma das hipóteses especificadas no item 68 deste EDITAL.

112. Analisadas as PROPOSTAS COMERCIAIS das LICITANTES com GARANTIA DE PROPOSTA aceita, a COMISSÃO as classificará em ordem crescente de valor proposto, ficando classificada em primeiro lugar a LICITANTE cuja PROPOSTA COMERCIAL apresentar o menor valor de CONTRAPRESTAÇÃO.

113. Em caso de empate entre duas ou mais PROPOSTAS COMERCIAIS, a classificação far-se-á por meio de sorteio realizado na mesma sessão.

114. Se as demais LICITANTES, por seus representantes presentes, concordarem com a classificação divulgada e desistirem do direito de recurso, a COMISSÃO poderá, a seu critério,

dar continuidade à LICITAÇÃO com a abertura do Envelope nº 02 da LICITANTE classificada em primeiro lugar; caso contrário, a sessão será encerrada.

115. Analisados os recursos apresentados ou decorrido o prazo sem a apresentação de recursos pelas LICITANTES, o resultado do julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS e das GARANTIAS DE PROPOSTA será divulgado, mediante aviso publicado, uma única vez, na imprensa oficial, do qual constará, também, o dia, hora e local para a abertura do Envelope nº 02 e a análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em primeiro lugar.

SEÇÃO II – ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

116. Na data prevista, conforme Seção I acima, será aberto o Envelope nº 02, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em primeiro lugar, a fim de verificar o cumprimento das exigências de habilitação contidas neste EDITAL.

117. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE serão rubricados pelos membros da COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

118. Verificado o atendimento das exigências contidas no EDITAL, a LICITANTE será declarada vencedora.

119. Pronunciado o resultado, as LICITANTES poderão recorrer da decisão da COMISSÃO no prazo legal. Após o julgamento dos recursos apresentados pelas LICITANTES, ou desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa do prazo para recurso por todas as LICITANTES, o objeto da LICITAÇÃO será homologado e adjudicado à LICITANTE VENCEDORA.

120. Na hipótese de a LICITANTE classificada em primeiro lugar ser inabilitada, serão analisados os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE cuja PROPOSTA COMERCIAL tenha sido classificada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, até que uma LICITANTE classificada atenda às condições fixadas no presente EDITAL.

121. O resultado da LICITAÇÃO será divulgado mediante aviso publicado, uma única vez, na imprensa oficial.

SEÇÃO III – SANEAMENTO DE FALHAS FORMAIS

122. Eventuais falhas, omissões ou defeitos formais nos documentos apresentados pelas LICITANTES, refiram-se estes à GARANTIA DE PROPOSTA, à PROPOSTA COMERCIAL ou aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, poderão ser relevados ou sanados, a critério da COMISSÃO, mesmo que para tanto seja necessária realização de diligência.

CAPÍTULO V – HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RECURSOS

SEÇÃO I – HOMOLOGAÇÃO

123. O resultado da LICITAÇÃO será submetido à deliberação da autoridade competente da COPASA, que poderá:

- a) homologá-lo;
- b) determinar a emenda de irregularidade sanável, se for o caso;
- c) revogar a LICITAÇÃO, por razões de interesse público; ou
- d) anular a LICITAÇÃO, se for o caso, por ilegalidade insanável.

124. A LICITAÇÃO somente será revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e será declarada nula quando verificada ilegalidade, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

SEÇÃO II – ADJUDICAÇÃO

125. Homologado o resultado da LICITAÇÃO, o objeto será adjudicado à LICITANTE VENCEDORA.

126. A adjudicação produz os seguintes efeitos jurídicos:

- a) aquisição do direito de a LICITANTE VENCEDORA celebrar o CONTRATO, por meio da SPE a ser por ela constituída;
- b) vinculação da LICITANTE VENCEDORA ao cumprimento das condições estabelecidas no EDITAL e na minuta do CONTRATO.

SEÇÃO III - RECURSOS

127. Das decisões da COMISSÃO caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser protocolizado na SEDE DA COPASA, de segunda-feira a sexta-feira, das [•] h às [•] h, endereçados ao Presidente da COMISSÃO, não sendo aceitos recursos enviados pela internet, via e-mail, correio ou fax.

128. A eventual interposição de recurso será comunicada às demais LICITANTES, que poderão apresentar impugnação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

129. O recurso será dirigido ao Presidente da COPASA, por intermédio do Presidente da COMISSÃO, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida pelo Presidente da COPASA, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

130. Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre, sem que os autos do processo estejam com vista aberta à LICITANTE interessada.

CAPÍTULO VI – CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

SEÇÃO I – CONVOCAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

131. Adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, a LICITANTE VENCEDORA será convocada para, no prazo de até 30 (trinta) dias, cumprir as formalidades necessárias, descritas nas seções seguintes e celebrar, através da SPE, o CONTRATO com a COPASA, sob pena de decair de seu direito à contratação, sem prejuízo da perda da GARANTIA DE PROPOSTA e da aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

132. O prazo para a assinatura do CONTRATO, mencionado no item 131 acima, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela LICITANTE VENCEDORA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela COMISSÃO.

133. É facultado à COMISSÃO, quando a convocada não comparecer para assinar o CONTRATO no prazo e nas condições estabelecidas acima, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições do primeiro colocado.

SEÇÃO II – CONSTITUIÇÃO DA SPE

134. Previamente à assinatura do CONTRATO, a LICITANTE VENCEDORA deverá constituir a SPE, que celebrará o CONTRATO com a COPASA e será a responsável pela execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

135. Em caso de empresa isolada, a LICITANTE VENCEDORA deverá constituir, no prazo fixado, a SPE como sua subsidiária integral, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

136. Em caso de consórcio, a LICITANTE VENCEDORA deverá constituir, no prazo fixado, a SPE, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

137. A SPE, constituída pela LICITANTE VENCEDORA, assumirá a forma de sociedade anônima e deverá ter como único objetivo social a execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, de modo a viabilizar o cumprimento do OBJETO do CONTRATO.

138. O prazo de duração da SPE deverá corresponder ao prazo necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações previstas no CONTRATO.

139. No caso de a LICITANTE VENCEDORA ser consórcio, a titularidade do controle efetivo da SPE deverá ser exercida pelas empresas que detiverem, de forma isolada ou conjunta, mais de 50% (cinquenta por cento) da participação do consórcio na LICITAÇÃO.

a) Entende-se por controle efetivo da SPE a titularidade da maioria do capital votante, expresso em ações ordinárias nominativas com direito a voto, ou o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades, disciplinado em acordo de acionistas da SPE ou documento com igual finalidade, nos termos do disposto no artigo 116 da Lei Federal nº 6.404/76.

140. A SPE deve encaminhar à COPASA, imediatamente após a constituição da sociedade, o estatuto social da SPE e eventual acordo de acionistas ou similar, bem como o quadro de acionistas, por tipo e quantidade de ações, informando a titularidade das ações ordinárias nominativas, para efeito de verificação do cumprimento das exigências estabelecidas neste EDITAL.

141. A transferência de controle efetivo da SPE ou da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, bem como qualquer alteração da composição da SPE, deverá ser previamente aprovada pela COPASA, mediante o cumprimento das condições previstas na minuta do CONTRATO.

142. É vedada a transferência do controle efetivo da SPE ou da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA até que sejam concluídas as OBRAS, nos termos do CONTRATO, ou nos primeiros 3 (três) anos após a assinatura do CONTRATO, o que ocorrer por último.

143. O capital subscrito da SPE, na data de assinatura do CONTRATO, deverá ser de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo que R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), equivalentes a 10% (dez por cento) do referido valor subscrito, deverá ser integralizado previamente à celebração do CONTRATO.

a) Deverá estar integralizado o valor adicional de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) até o final do primeiro ano de vigência do CONTRATO, e o valor restante de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) até o final do segundo ano de vigência do CONTRATO.

SEÇÃO III – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

144. A SPE deverá, antes da assinatura do CONTRATO, prestar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO, apresentando o respectivo comprovante à COPASA.

145. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá assegurar o bom cumprimento das obrigações a serem assumidas pela SPE, nos termos do CONTRATO.

146. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será prestada em uma das seguintes formas, nos termos do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

c) seguro-garantia;

a) fiança bancária.

147. No caso de fiança bancária e de seguro-garantia, essas deverão ser apresentadas de acordo, respectivamente, com os modelos e condições mínimas constantes do Anexo IX (Modelos de Cartas e Declarações) deste EDITAL.

148. A SPE deverá manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO durante todo o prazo de duração do CONTRATO, nos valores e condições ali estipulados.

SEÇÃO IV – RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS VINCULADOS À CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

149. Em até 2 (dois) dias úteis antes da assinatura do CONTRATO, a LICITANTE VENCEDORA deverá comprovar o pagamento do valor de R\$ [●] à Estruturadora Brasileira de Projetos S.A – EBP, a título de ressarcimento pela realização dos estudos relacionados à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, com fulcro no artigo 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

CAPÍTULO VII – REGIME JURÍDICO DA PPP

SEÇÃO I – OBJETO DO CONTRATO

150. O CONTRATO tem como OBJETO a execução das OBRAS e a prestação dos SERVIÇOS, nos termos do EDITAL e seus Anexos, sendo que sua minuta integra o Anexo I deste EDITAL (Minuta de CONTRATO).

SEÇÃO II – OBJETIVOS E DIRETRIZES DA PPP

151. Os objetivos e diretrizes da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA são aqueles previstos no TERMO DE REFERÊNCIA, constante do Anexo II deste EDITAL (TERMO DE REFERÊNCIA), observadas as disposições do CONTRATO.

SEÇÃO III – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

152. O CONTRATO terá vigência de 15 (quinze) anos, contados da data de assinatura do CONTRATO, podendo ser prorrogado nos prazos e nas condições previstos no referido instrumento contratual.

SEÇÃO IV – PROJETOS

153. A SPE deverá elaborar todos os projetos de engenharia necessários à execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, levando em conta, para tanto, as disposições deste EDITAL, especialmente o Anexo II (TERMO DE REFERÊNCIA), o Anexo III (PROJETO BÁSICO) e o Apêndice 1 (PLANO DE COMUNICAÇÃO) do Anexo II.

154. Os prazos para a conclusão dos projetos acima e o procedimento para a sua aprovação pela COPASA encontram-se no Anexo II (TERMO DE REFERÊNCIA) e no CONTRATO.

SEÇÃO V – OBRAS E SERVIÇOS

155. A execução das OBRAS e a prestação dos SERVIÇOS deverão respeitar com rigor todas as disposições, procedimentos, prazos e especificações técnicas constantes do EDITAL e seus Anexos, bem como a legislação aplicável.

SEÇÃO VI - CONTRAPRESTAÇÃO

156. A COPASA efetuará o pagamento mensal da CONTRAPRESTAÇÃO nos termos e condições previstos no CONTRATO e no Anexo VI deste EDITAL (Remuneração e Mecanismos de Pagamento).

SEÇÃO VII – OUTRAS FONTES DE RECEITAS

157. A SPE fará jus à obtenção de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, conforme previsão expressa constante do CONTRATO, desde que tal medida contribua para a modicidade da CONTRAPRESTAÇÃO e seja previamente aprovada pela COPASA.

SEÇÃO VIII – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

158. É pressuposto básico da equação econômico-financeira que regula a relação entre as PARTES, o permanente equilíbrio entre os encargos da SPE e as receitas da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

SEÇÃO IX – GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DA COPASA

159. A COPASA oferecerá a GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DA COPASA na forma estipulada no CONTRATO.

SEÇÃO X – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA SPE E DA COPASA

160. Os direitos e obrigações da SPE e da COPASA encontram-se estipulados no CONTRATO.

SEÇÃO XI – DESAPROPRIAÇÕES

161. Caberá à COPASA providenciar a declaração de utilidade pública e, subsequentemente, promover as desapropriações, instituir servidões administrativas, propor limitações administrativas e solicitar a ocupação provisória de bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

162. Correrão às custas da COPASA, seja por acordo, seja pela propositura de ações judiciais, os ônus decorrentes das desapropriações ou instituição de servidões administrativas, bem como os necessários à ocupação provisória de bens imóveis ou ao estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral, necessários à execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

SEÇÃO XII – FISCALIZAÇÃO

163. As atividades de fiscalização da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA serão exercidas pela COPASA, por si ou por terceiros por ela designados ou contratados para tal finalidade, para

verificação do cumprimento, pela SPE, das obrigações assumidas, nos termos fixados no CONTRATO.

SEÇÃO XIII – SEGUROS

164. A LICITANTE VENCEDORA obriga-se a contratar, às suas expensas, junto a seguradora de sua livre escolha, seguro contra os riscos inerentes à execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos termos e condições previstos no CONTRATO.

SEÇÃO XIV – REAJUSTE E REVISÃO DA CONTRAPRESTAÇÃO

165. Os valores que compõem a CONTRAPRESTAÇÃO serão reajustados anualmente, de acordo com a fórmula e as regras previstas no CONTRATO.

166. O CONTRATO será revisto extraordinariamente, nas hipóteses contempladas no CONTRATO, para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, segundo o procedimento e a forma para a revisão nele previstos.

SEÇÃO XV – BENS AFETOS À CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

167. Os bens afetos à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA encontram-se listados no Apêndice 7 (Bens Afetos) do Anexo II do EDITAL, sendo que as formas de reversão dos referidos bens, quando da extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, estão especificadas no CONTRATO.

168. A COPASA obriga-se a entregar os BENS AFETOS À CONCESSÃO ADMINISTRATIVA inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

SEÇÃO XVI – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

169. A falta de cumprimento, por parte da SPE, de qualquer cláusula ou condição do CONTRATO e seus Anexos, bem como das demais normas técnicas pertinentes, ensejará a aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

170. As hipóteses ensejadoras da aplicação das penalidades, bem como o procedimento e a forma de aplicação das sanções acima relacionadas, encontram-se previstos no CONTRATO.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

SEÇÃO I – COMUNICAÇÕES

171. As comunicações dos atos mencionadas neste EDITAL, no que se refere, especialmente, ao procedimento da LICITAÇÃO, serão feitas conforme indicado neste EDITAL, publicadas na imprensa oficial ou disponibilizadas no *site* www.copasa.com.br e, quando for o caso, comunicado às LICITANTES por escrito, por meio fax ou e-mail.

172. As comunicações das LICITANTES à COMISSÃO deverão ser feitas por escrito, protocoladas junto à SEDE DA COPASA, ou enviadas por meio de fax ou e-mail, no número de fax e endereço eletrônico da SEDE DA COPASA, conforme indicado neste EDITAL.

173. Fica facultado à COMISSÃO realizar as comunicações mencionadas no item anterior exclusivamente durante as sessões públicas caso todas as LICITANTES estejam presentes, hipótese em que sairão devidamente notificadas.

SEÇÃO II – CONTAGEM DE PRAZOS

174. Na contagem dos prazos a que alude este EDITAL, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia de vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

175. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias de expediente na Administração Pública Estadual.

SEÇÃO III – DISPOSIÇÕES DIVERSAS

176. As dúvidas surgidas na aplicação deste EDITAL, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela COMISSÃO, respeitada a legislação pertinente.

177. Até a assinatura do CONTRATO, fica reservado à COMISSÃO o direito de resolver todo e qualquer caso singular, não previsto neste EDITAL e nos seus Anexos e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com o objeto do EDITAL.

178. A COMISSÃO poderá proceder a inspeções, determinar diligências a qualquer tempo, bem como se valer de assessoria técnica, para, se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas LICITANTES.

179. Os termos dispostos neste EDITAL, bem como as cláusulas e condições do CONTRATO e as constantes dos demais Anexos complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões, devendo ser respeitadas as regras de interpretação previstas no CONTRATO.

Presidente da COMISSÃO